



ARTIGO

por Josemar Dantas

INVESTIR PARA CRESCER

Observadores da conjuntura brasileira, daqui e do exterior, consideram que a estratégia adotada pelo governo para desenvolver a economia com maior dinamismo há muito reclama mudança de percepção. O que se tem pretendido até agora é o aumento do consumo por efeito de políticas sociais destinadas a elevar a renda. Entende-se que ganhos mais altos das diversas classes de trabalhadores, ao lado de medidas transitórias, como a redução emergencial de juros e de incidências tributárias para alguns segmentos produtivos, criam cenário propício ao melhor desempenho operacional e financeiro das empresas. Persegue-se, assim, a construção de suporte apto a garantir o crescimento do país.

O problema é que políticas portadoras de excessos liberalizantes, como demonstraram as admitidas em certos países europeus hoje em crise, resultaram em perda significativa de competitividade e, por derivação lógica, no encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB). É que os governos não as compensaram com o aumento dos investimentos.

No Brasil, sobretudo nos últimos cinco anos, prevalece a convicção de que, se mais recursos abastecerem os ganhos pessoais e das famílias (reputa-se), o país voltará a crescer em nível elevado e sustentável. Trata-se de previsão desnuda de apoio na realidade, desde logo porque há limites financeiros e mercadológicos para programas permanentes do gênero.

É bem certo que a existência de sólido mercado interno de consumo constitui um dos alicerces para subsidiar o desenvolvimento. Mas é artifício de efeito secundário, em particular hoje, ante a crise global desatada pelos negócios fraudulentos do mercado imobiliário norte-americano em 2008. Há dois anos, como todos sabemos, a economia brasileira cresce abaixo da média mundial e, também, da registrada nos países emergentes. Em relação à América Latina, a situação não é diferente.

Informes colhidos de fontes idôneas mostram que, em 2012, o Brasil posicionou-se abaixo dos quatro

países latinos de maior desempenho econômico: Chile, Peru, México e Colômbia. Não é tudo. Na comparação com os quatro parceiros do subcontinente, exibiu a menor taxa de expansão e a maior de inflação. Conforme dados publicados na *Folha de S. Paulo*, em artigo subscrito pelo embaixador Rubens Ricupero, um dos mais respeitados experts na matéria, sabe-se que os investimentos em infraestrutura não vão além de 2% do PIB. Em 1970, o percentual era de 6%. Aqui reside o nó górdio que estrangula a fecundação de riquezas à altura do nosso potencial.

Sem inversões persistentes de recursos adequados na fundação e modernização de esteios infraestruturais, assim também em tecnologia e inovações científicas, priva-se o produto brasileiro de especificações exigidas pelos consumidores internacionais, quanto a preço, quantidade e qualidade tecnológica. Seria ilógico supor que o crescimento econômico, em taxas pertinentes e sustentáveis, poderia ser alcançado, no caso do Brasil, à margem de robustos saldos em divisas no intercâmbio comercial.

As lições dos mais sábios recomendam também a formação de parcerias do Estado com a iniciativa privada para a execução dos projetos que o levem, em maior velocidade, a projetar-se no mundo como sociedade moderna, estável e funcional. Sexto PIB do Planeta, graças a quase 50% dos dólares arrecadados com a comercialização de produtos agropastoris, o Brasil parece mais uma república bananeira do que uma nação em dia com as conquistas da era do conhecimento.

Ainda quanto à questão do potencial desenvolvimentista do mercado interno, veja-se o exemplo da China, segunda potência econômica do mundo. Teóricos a serviço do governo de Pequim asseguravam que o consumo interno, movimentado por mais de 1,2 bilhões de habitantes, seria o suficiente para manter sem alterações os níveis de crescimento da economia. Este ano, contudo, o PIB chinês fechará com avanço de 7%, frente aos 13% anotados em 2011.